
REC Log 2 S.A.
Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2021
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
REC Log 2 S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da REC Log 2 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da REC Log 2 S.A. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REC Log 2 S.A. e da REC Log 2 S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na



REC Log 2 S.A.

elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

“Este documento será assinado eletronicamente por meio da ferramenta DocuSign (www.docusign.com.br), nos termos do art. 10, §2º, da Medida Provisória nº 2.200- 2/2001 e foi preparado na data indicada ao seu final, data esta que será considerada válida para todos os efeitos e fins de direito.”



REC Log 2 S.A.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:
Jefferson Alves
Assinado por: JEFFERSON ALVES DA SILVA:28924024841
CPF: 38924024841
Papel: Sócio
Data/Hora da Assinatura: 25 May 2022 10:36 BRT

Jefferson Alves da Silva
Contador CRC 1SP264861/O-9

REC Log 2 S.A.**Balço patrimonial****Balço patrimonial em 31 de dezembro***(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	646	5	650	9
Tributos a recuperar	5	1	0	6.533	5.000
Outras contas a receber		4	1	388	0
Total do ativo circulante		651	6	7.571	5.009
Não circulante					
Investimentos	6	137.211	127.853	0	0
Propriedades para investimentos	7	0	0	161.101	326.929
Total do ativo não circulante		137.211	127.853	161.101	326.929
Total do ativo		137.862	127.859	168.672	331.938

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Passivo e Patrimônio Líquido					
Circulante					
Fornecedores		8	44	43	51
Cessão de créditos imobiliários	8	0	0	0	103.546
Adiantamentos	9	0	0	959	1.676
Dividendos propostos	11.b	10.779	10.779	10.779	10.779
Tributos a recolher		1	0	0	2.256
Total do passivo circulante		10.788	10.823	11.781	118.308
Não circulante					
Cessão de créditos imobiliários	8	0	-	0	70.294
Tributos diferidos	10	0	-	29.817	26.300
Total do passivo não circulante		0	0	29.817	96.594
Patrimônio líquido					
Capital social	11.a	160.139	117.139	160.139	117.139
Reserva de lucros	11.b	1.135	11.914	1.135	11.914
Prejuízos acumulados	11.b	-34.200	-12.017	-34.200	-12.017
Total do patrimônio líquido		127.074	117.036	127.074	117.036
Total do passivo e do patrimônio líquido		137.862	127.859	168.672	331.938

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas operacionais líquidas					
Receita com aluguéis	12	0	-	188.897	76.802
Custo com locação	13	0	-	-9.988	-9.414
Lucro bruto		0	0	178.909	67.388
Despesas operacionais					
Comerciais		0	0	-33	-138
Gerais e administrativas	14	-122	-59	-2.384	-221
Perda ao valor recuperável	7	0	0	-156.414	-27.381
Resultado de equivalência patrimonial	6	-32.840	-11.958	0	0
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		-32.962	-12.017	20.078	39.648
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	15	0	0	151	76
Despesas financeiras	15	0	0	-13.028	-45.685
		-	-	-12.877	-45.609
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		-32.962	-12.017	7.201	-5.961
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	16	0	0	-36.801	-1.982
Diferidos	16	0	0	-3.362	-4.074
Prejuízo líquido do exercício		-32.962	-12.017	-32.962	-12.017

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.**Demonstração do resultado abrangente****Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	-32.962	-12.017	-32.962	-12.017
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total dos resultados abrangentes	<u>-32.962</u>	<u>-12.017</u>	<u>-32.962</u>	<u>-12.017</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido***(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção		
Saldos em 31 de dezembro de 2019		116.939	1.135	10.779	0	128.853
Aumento de capital	11.a	200	0	0	0	200
Prejuízo líquido do exercício		0	0	0	-12.017	-12.017
Saldos em 31 de dezembro de 2020		117.139	1.135	10.779	-12.017	117.036
Aumento de capital	11.a	43.000	0	0	0	43.000
Prejuízo líquido do exercício		0	0	0	-32.962	-32.962
Absorção do Prejuízo		0	0	-10.779	10.779	0
Saldos em 31 de dezembro de 2021		160.139	1.135	0	-34.200	127.074

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

REC Log 2 S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.962)	(12.017)	7.201	(5.961)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	32.840	11.958	-	-
Perda ao valor recuperável	-	-	156.414	27.381
Depreciação de propriedades para investimentos	-	-	9.414	9.414
Atualização monetária e juros sobre cessão de créditos imobiliários	-	-	12.473	45.028
Amortização com custo de transação	-	-	567	553
Pis e cofins diferido	-	-	155	77
Variações nas contas de ativo e passivo				
Tributos a recuperar	-	(1)	(1.533)	2.326
Outras contas a receber	(3)	(6)	(388)	-
Fornecedores	(36)	-	(8)	(97)
Tributos a Recolher	-	-	(2.256)	-
Adiantamentos	-	-	(717)	(819)
Subtotal caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	(39)	(7)	(4.902)	1.410
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	(36.801)	(4.055)
Pagamento de juros de cessão de créditos imobiliários e empréstimos	-	-	(18.060)	(29.669)
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	(161)	(66)	126.461	44.178
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aumento de Capital	(40.320)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.878)	(129)	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	(1.878)	(129)	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	43.000	200	43.000	200
Redução de capital	-	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-
Pagamento principal de cessão de créditos imobiliários e empréstimos	-	-	(168.820)	(44.788)
Caixa gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	43.000	200	(125.820)	(44.588)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	40.961	5	641	(410)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	0	9	419
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	646	5	650	9
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	641	5	641	(410)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A REC Log 2 S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) foi constituída em 10 de novembro de 2010, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A sede social da Companhia está localizada na Avenida Juscelino Kubitschek, 510 7º andar, na cidade de São Paulo, Brasil

A Companhia tem como objeto social: (i) realizar investimentos em participações societárias, por meio de sociedades brasileiras, em ativos imobiliários industriais e de escritórios no Brasil; (ii) adquirir, deter, administrar, desenvolver, construir, fiscalizar, alugar e dispor de tais investimentos; (iii) realizar atividades incidentais ou auxiliares às mencionadas anteriormente; e (iv) deter participação como sócia, acionista ou quotista em outras sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima e/ou que tenham como objeto social a participação, como sociedade patrimonial, em quaisquer sociedades que tenham como objeto social os negócios mencionados nos itens (i) a (iii) acima.

A Companhia possui 100% do capital da BRC VII Cidade Nova Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC VII”). A BRC VII possui um imóvel na cidade do Rio de Janeiro, alugado para a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, contrato rescindido em Maio de 2021.

Com a rescisão do contrato de aluguel a administração da controlada BRC VII decidiu efetuar a liquidação antecipada da dívida que era atrelada a locação.

Impactos COVID 19

A pandemia representa um fator de risco de mercado, incluindo incerteza nos mercados imobiliários. Embora a pandemia tenha se estendido até os dias atuais, a Companhia não sofreu nenhum impacto significativo em sua operação.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alteradas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 e os pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes, o acionista confirma a intenção, na proporção de sua participação, de prestar apoio financeiro suficiente para REC Log 2 S.A. manter sua capacidade operacional. As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade a suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 21 de março de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para alguns fundos financeiros mensurados ao valor justo.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A Companhia não realiza operações em moeda estrangeira e atua em um único ambiente econômico, usando o Real como "moeda funcional", a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas levaram em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para a determinação dos valores adequados a ser registrados nas demonstrações financeiras. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1 Consolidação

a. Demonstrações financeiras consolidadas

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, e tem a capacidade de auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre controladas e a Companhia são eliminados. Os lucros (prejuízos) não realizados, quando aplicável, também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto foram aplicadas de maneira uniforme e são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais a controlada é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são ativos mantidos para o propósito de pagamento de obrigações de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos.

Para que um investimento seja qualificado como equivalentes de caixa ele deve ser prontamente conversível em um valor conhecido de caixa, ou seja, ser de alta liquidez, e sujeito a um baixo risco (que seja insignificante) de variação no valor justo de mercado. Considerando a natureza dos instrumentos mantidos pela Companhia não existem diferenças significativas entre o seu valor contábil e o valor de mercado, calculo com base na taxa de juros até a data do balanço.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos à vista e outros ativos de curto prazo como títulos e valores mobiliários com vencimento original de 90 dias da data de contratação ou período menor e as aplicações financeiras incluídas em equivalentes de caixa.

3.3 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Empresa e sociedades compreendem os caixas e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, cessão de crédito imobiliário, entre outros.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é desreconhecido (baixado), em parte ou integralmente, quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiram; quando a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo ou quando a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Ativos financeiros ao valor justo

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

(iii) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos, fornecedores, e outras contas a pagar, são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Passivos financeiros sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Um passivo financeiro é desreconhecido (baixado) quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.4 Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

3.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui nenhum instrumento derivativo em 31 de dezembro de 2021.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

3.7 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é definida como propriedade (terreno, edificações, parte de edificações ou todos) mantida pelo proprietário ou pelo arrendatário segundo contrato de arrendamento financeiro, para rendimento de aluguéis ou valorização ou ambos, e não para: (a) uso na produção de bens ou serviços ou para fins administrativos; ou (b) venda no curso das atividades normais do negócio.

A controlada da Companhia é proprietária de um edifício mantido para rendimentos de aluguel de longo prazo e para valorização. Os imóveis não são ocupados pela Companhia.

A propriedade para investimento é apresentada pelo custo menos depreciação e qualquer provisão para perda acumulada. O custo representa o custo histórico de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear, levando em consideração as taxas de depreciação aplicáveis e reconhecidas no resultado do exercício.

Os terrenos são segregados dos demais custos de aquisição e construção e não são depreciados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no início de cada exercício, e seus valores calculados de forma prospectiva. A propriedade possui um prazo de vida útil estimada em 40 anos.

3.8 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.9 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, civis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.10 Cessão de crédito imobiliário

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período em que a cessão de crédito imobiliário esteja em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação de cessão de crédito imobiliário, uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período da cessão ao qual se relaciona. A cessão de crédito imobiliário é classificada como passivo circulante e não circulante, de acordo com o fluxo financeiro de pagamentos contratado, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.11 Tributação

3.11.1 Imposto de renda e contribuição social - Correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A base de apuração é o resultado do exercício.

3.11.2 Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3.11.3 Impostos sobre receitas de locação

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre locação, exceto:

- Quando os impostos sobre locações não forem recuperáveis com as Autoridades Fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados com o valor dos impostos sobre vendas.

Para as sociedades que utilizam a sistemática do lucro real, a contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 1,65%, aplicada sobre o total das receitas operacionais, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas pela legislação em vigor.

A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 7,60%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS.

3.12 Reconhecimento da receita

3.12.1 *Receita com aluguéis*

O locatário de seu edifício comercial paga um aluguel que corresponde a um valor anual, reajustado anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-M).

A Companhia registra suas operações com locação como arrendamentos mercantis operacionais. O valor do aluguel estabelecido, incluindo os aumentos fixos periódicos previstos nos contratos e excluindo os reajustes inflacionários, é reconhecido na proporção da participação da Companhia no empreendimento, em bases lineares durante os prazos do respectivo contrato, independentemente da forma de recebimento.

3.12.2 *Receitas financeiras*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber.

3.13 Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas com base no regime de competência.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos bancários de curto prazo	646	5	650	9
	646	5	650	9

5 Tributos a recuperar

O saldo de impostos a compensar é conforme segue:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Antecipação de imposto de renda e da contribuição social	3.608	5.000
IRRF a recuperar	2.205	
CSLL a Recuperar	420	
PIS e COFINS a recuperar	840	
	6.533	5.000

6 Investimentos

a. Movimentação:

Nome da empresa	% de participação direta	Saldo em 31/12/2020	Adiantamento para futuro aumento de capital	Aumento de Capital	Resultado de Equivalência	Investimentos em 31/12/2021
Investimentos em controladas diretas						
BRC VII	99,99%	127.853	1.878	40.320	(32.840)	137.211

Nome da empresa	% de participação direta	Saldo em 31/12/2019	Adiantamento para futuro aumento de capital	Aumento de Capital	Resultado de Equivalência	Investimentos em 31/12/2020
Investimentos em controladas diretas						
BRC VII	99,99%	139.682	129	-	(11.958)	127.853

(*) Em 08 de agosto de 2021, a BRC VII deliberou pelo aumento do capital no valor total de R\$ 40.932 através do aporte de R\$ 40.320 em dinheiro e a conversão de R\$ 612 do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

7 Propriedades para investimentos

a. A movimentação de propriedade para investimentos pode ser assim resumida:

	Valor de custo			Depreciação acumulada	Perda ao valor recuperável	Valor líquido
	Terrenos	Edificações	Mais-Valia (c)			
Em 31 de dezembro de 2019	6.006	315.465	171.761	(129.508)		363.724
Amortização da mais-valia de edificações no exercício	-	-	-	(4.856)		(4.856)
Perda ao valor recuperável	-	-	-	-	(27.381)	(27.381)
Depreciação das edificações no exercício	-	-	-	(4.558)		(4.558)
Em 31 de dezembro de 2020	6.006	315.465	171.761	(138.922)	(27.381)	326.929
Amortização da mais-valia de edificações no exercício	-	-	-	(4.856)		(4.856)
Perda ao valor recuperável	-	-	-	-	(156.414)	(156.414)
Depreciação das edificações no exercício	-	-	-	(4.558)		(4.558)
Em 31 de dezembro de 2021	6.006	315.465	171.761	(148.336)	(183.795)	161.101

Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seu imóvel para investimento ao custo histórico menos a provisão para depreciação.

b. Divulgação do valor justo

Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo dos imóveis não foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do

imóvel e à ausência de dados comparáveis, tendo sido aplicado um método de avaliação baseado na característica específica de cada ativo.

A Administração da Companhia adotou a metodologia do índice de capitalização ou *cap rates*. A metodologia *cap rate* é utilizada para estimar o valor do imóvel com base na receita bruta gerada pelo investimento. Nesse sentido, o *cap rate* é obtido da seguinte fórmula: *cap rate*: receita bruta/valor do investimento, ainda adicionando o valor esperado de venda do bem. Em 31 de dezembro de 2021, o valor justo da propriedade para investimentos pertencente à controlada BRC VII é de, aproximadamente, R\$ 161.101 (R\$ 317.515 em 31 de dezembro de 2020) apurado por meio da taxa de desconto de 12% (10% em 2020).

c. Mais valia de ativos:

O saldo de mais valia apresentado em propriedade para investimento é resultado da aquisição da BRC VII pela REC LOG 21 em 31 de março de 2011, pelo valor de aquisição de R\$ 177.761. Em 28 de março de 2013, em função da incorporação reversa realizada pela controlada indireta BRC VII sobre sua controladora REC LOG 2, o valor da mais valia foi ajustado para R\$ 171.761.

d. Provisão para perdas:

Em 2021, a Companhia ao analisar a sua propriedade para investimento quanto ao seu valor recuperável do ativo concluiu que havia uma perda no montante de R\$ 156.414 que foi contabilizada em propriedade para investimento e em contrapartida ao resultado do exercício.

8 Cessão de créditos imobiliários

a. Cessão de créditos imobiliários

Refere-se à cessão dos créditos imobiliários ("CCI") vinculados ao contrato de locação do imóvel pertencente à controlada BRC VII. Esses recebíveis imobiliários foram lastros para a emissão de Certificados de recebíveis imobiliários por uma securitizadora não integrante ao grupo. O contrato de CCI possui cláusula de vencimento antecipado baseado em eventos ligados diretamente a continuidade do objeto lastro da dívida, ou seja, o contrato de locação, escritura de superfície e inadimplências, os quais, a Companhia afirma que não houve descumprimento de nenhum dos itens desta cláusula. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo em aberto das CCI's (R\$ 173.840 em 2020) uma vez que com a rescisão do contrato de locação na data de 09 de Maio de 2021, a Administração efetuou a quitação do mesmo, corresponde aos valores dos créditos imobiliários negociados na data de sua cessão e atualizados pela TR + 11,0% a.a., conforme estabelecido nos termos de securitização. Os pagamentos de principal e juros são realizados em bases anuais e estão garantidos pelos imóveis locados (Nota Explicativa nº 12):

Cessão de créditos imobiliários	2021	2020
Circulante	-	103.546
Não circulante	-	70.294

A seguir, o cronograma de amortização da parcela de longo prazo em 31 de dezembro de 2021:

Ano	2021	2020
2021	-	21.030
2022	-	49.264
	<hr/>	<hr/>
Parcela não circulante	-	70.294

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:

Empréstimos e financiamentos	2021	2020
Saldo inicial	173.840	202.716
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de empréstimos	(168.820)	(44.788)
Pagamento de juros	(18.060)	(29.669)
	<hr/>	<hr/>
Total das variações no fluxo de caixa de financiamento	(186.880)	(74.457)
Despesas com juros	12.473	45.028
Amortização com custo de transação	567	553
	<hr/>	<hr/>
Total das outras variações	-	29.879
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	-	173.840

9 Adiantamento de clientes

O saldo em aberto para 31 de dezembro de 2021 refere-se ao efeito da linearização da receita do contrato de locação. O montante de R\$ 959 (R\$ 1.676 em 31 de dezembro de 2020) corresponde à parcela do pagamento antecipado de aluguel feito pela locatária Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") à controlada direta BRC VII. Conforme mencionado no contrato de locação assinado entre as partes, os adiantamentos de aluguéis efetuados pelo locatário são atualizados pelo IGP-M, com prazo total de locação de 15 anos, cujo vencimento se dará em 31 de dezembro de 2022.

10 Impostos e contribuições diferidos

O saldo da conta de impostos diferidos é originado da linearização do aluguel e da diferença de taxa de depreciação da Propriedade para Investimento, sendo formado da seguinte forma:

REC Log 2 S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

	Consolidado	
	2021	2020
IRPJ diferido passivo	21.925	19.452
CSLL diferido passivo	7.893	7.003
PIS diferido	-	(28)
Cofins diferido	-	(127)
	29.817	26.300

A Companhia em 31 de dezembro de 2021 apresenta apresenta saldo de prejuízo fiscal e base negativa R\$ 21.313 (Em 31 de dezembro de 2020 R\$ 67.043) gerando dessa forma, base para reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferido ativo.

11 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia de R\$160.139 (R\$117.139 em 31 de dezembro de 2020) está dividido em 160.139.215 (117.139.215 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Acionista	2021	2020
Fundo de investimento imobiliário Tourmalet V – Edifício Cidade Nova	53.423.339	39.077.960
VX XVI – Fundo de investimento imobiliário	28.247.661	20.663.040
PREP III Industrial Co-Investment, L.P.	78.468.215	57.398.215
	160.139.215	117.139.215

Em 24 de abril de 2021, a Companhia aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor de R\$ 43.000, mediante a emissão de 43.000.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente, sendo R\$ 21.071 pelo fundo PREP III Industrial Co-Investment, L.P, R\$ 14.345 pelo Fundo de Investimento Imobiliário Tourmalet V e R\$ 7.584 pelo Fundo VX XVI – Fundo de Investimento Imobiliário.

Em 31 de agosto de 2020, a Companhia aprovou, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, o aumento de capital social no valor de R\$200, mediante a emissão de 200.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente, conforme a seguir: 35.279 ações do VX XVI – Fundo de investimento imobiliário, 66.721 ações do Fundo de investimento imobiliário Tourmalet V – Edifício Cidade Nova e 98.000 ações do PREP III Industrial Co-Investment, L.P.

Em 08 de novembro de 2020, o Prosperitas III - Fundo de Investimento em Participações, em consonância com o contrato de venda e compra de ações, transferiu a totalidade de sua ações detidas na Companhia, ou seja, 59.639.000 ações ordinárias da seguinte forma: (i) 39.011.239 ações para o Fundo de investimento imobiliário Tourmalet V – Edifício Cidade Nova; e (ii) 20.627.762 ações para o VX XVI – Fundo de investimento imobiliário.

b. Destinação do resultado

Tendo em vista que o Estatuto da Companhia é o omissivo quanto a definição do percentual dos lucros a serem distribuídos como dividendos, a Administração servindo-se do Art.202 da Lei das 6.404/76 “Lei das S/A”, atualizada pela Lei 11.638/07, destinará 25% do lucro líquido após destinação da reserva legal para reserva de lucros.

12 Receita líquida de serviços

Representa, substancialmente, a receita de aluguéis a receber registrada pelo regime de competência relativamente ao contrato firmado entre a controlada BRC VII e o locatário.

A reconciliação das receitas brutas consolidada para a receita líquida consolidada é como segue:

	2021	2020
Receita bruta de locação	206.690	83.169
Tributos incidentes sobre locação	<u>(17.792)</u>	<u>(6.637)</u>
	<u>188.897</u>	<u>76.802</u>

13 Custos com locação

	Consolidado	
	2021	2020
Energia Elétrica	(374)	
Água E Esgoto	(152)	
Manutenção Predial	(48)	
Depreciação do imóvel	<u>(9.414)</u>	<u>(9.414)</u>
	<u>(9.988)</u>	<u>(9.414)</u>

14 Despesas gerais e administrativas

	Controlada		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Honorários advocatícios	(6)	(1)	(163)	(1)
Serviços contábeis e consultoria	(108)	(35)	(274)	(109)
Impostos e Taxas	-	-	1.183	-
Manutenção, segurança e vigilância	-	-	(739)	-
Serviços de informática	(7)	(22)	(15)	(43)
Publicações	-	-	(4)	-
Serviços financeiros	-	-	-	(57)
Outras despesas	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>	<u>(6)</u>	<u>(11)</u>
	<u>(122)</u>	<u>(59)</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(221)</u>

REC Log 2 S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

15 Resultado financeiro

	2021	2020
Despesa financeira		
Juros sobre operações com cessão de recebíveis e empréstimos	(12.958)	(45.028)
Despesas bancárias	(70)	(658)
Total das despesas financeiras	<u>(13.028)</u>	<u>(45.685)</u>
Receitas financeiras		
Outras receitas financeiras	160	79
Impostos incidentes sobre rendimento de aplicação financeira	(9)	(4)
Total das receitas financeiras	<u>151</u>	<u>76</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(12.877)</u>	<u>(45.609)</u>

16 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia está inserida no regime tributário do lucro real, conforme segue:

	2021	2020
Lucro real		
Diferença temporária sobre linearização receita locação	-	(837)
Diferença temporária gerada no reconhecimento da depreciação PPI	9.888	12.819
	<u>9.888</u>	<u>10.307</u>
Alíquota nominal ponderada agregada - %	34%	34%
Impostos diferidos sobre diferenças temporárias	<u>3.362</u>	<u>4.074</u>

REC Log 2 S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

a. Conciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(32.962)	(12.017)	7.201	(5.961)
Alíquota nominal %	34%	34%	34%	34%
Impostos à alíquota normal	11.207	(4.086)	(2.448)	(2.026)
Efeitos tributários sobre:				
Resultado de equivalencia patrimonial	11.166	(4.066)	-	-
Outras diferenças temporárias	(41)	(20)	-	-
Diferenças temporárias com impairment	-	-	(53.181)	(9.310)
Compensação Prejuízo Fiscal	-	-	15.548	-
Parcela isenta do adicional de 10%	-	-	24	2.176
Outras exclusões	-	-	-106	(949)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(36.801)	(1.982)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(3.362)	(4.074)
Total	-	-	(40.163)	(6.056)

A Administração da Companhia decidiu por não reconhecer tais tributos diferidos ativos, uma vez que, através de estudo tributário visualiza que para o ano de 2022 apurará prejuízo fiscal.

<i>Em milhares de Reais</i>	Saldo líquido em 1º de janeiro	Movimentação	Ativo fiscal diferido
Prejuízo fiscal e base negativa	22.795	(15.548)	7.247
Imposto Diferido ativo não contabilizado	22.795	(15.548)	7.247

b. Movimentação dos saldos dos passivos fiscais diferidos

<i>Em milhares de Reais</i>	Saldo líquido em 1º de janeiro	Reconhecido no resultado	Saldo em 31 de dezembro 2021 Passivo fiscal diferido
Propriedade para investimento	25.933	3.884	29.817
Contas a receber	522	-522	-
Imposto líquido passivo	26.455	3.362	29.817

17 Contingência

A controlada BRC VII é parte em ações judiciais perante tribunais e órgãos governamentais de natureza fiscal/tributário, decorrentes do curso normal de seus negócios, cuja probabilidade de perda avaliada pelos assessores jurídicos é de risco possível, portanto, em consonância com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, item 86, requerida apenas divulgação, conforme demonstrado abaixo:

Natureza da ação	Valor	Risco
Tributário	11.670	Possível

A administração da Companhia informa não ter conhecimento de nenhum ativo ou passivo contingente a ser registrado em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Se trata de processo administrativo IRPJ CSLL (Processo N°: 19515-720.663/2016-48) que está no CARF aguardando retorno.

18 Instrumentos financeiros

(ii) Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Demonstramos abaixo os valores justos dos ativos e passivos financeiros, os quais estão todos classificados no “Nível 1” de hierarquia do valor justo versus os saldos contábeis:

- Caixa e equivalente de caixa (nota explicativa 4).

(iii) Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além da seguintes classificação: (a) custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado (VJR).

Os instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são os seguintes:

	Classificação	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	646	5	650	9
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado	8	44	43	51
Cessão de créditos imobiliários	Custo amortizado	-	-	-	173.840
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	-	-	959	1.676

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e não possui saldos em aberto referentes a esses instrumentos nessas datas.

(v) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia não divulgou os valores justos para instrumentos financeiros, uma vez que seus valores contábeis são razoavelmente próximos de seus valores justos.

19 Gestão de riscos

Alguns riscos, inerentes às atividades da Companhia não são identificados nas suas operações, e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia.

Para minimizar esse risco, já na fase de cotação dos contratos de locação, os clientes são submetidos à rigorosa análise qualitativa. Adicionalmente, quando aplicável, os locatários estão garantidos por retenções, coobrigação dos cedentes, ou garantia real, assegurando a integridade do fluxo de caixa, adicionalmente a Companhia retoma o ativo e retoma o espaço para futuras novas locações, prevista mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e Equivalentes de caixa (Nota 4)	646	5	650	9
	646	5	650	9

A Companhia possui 'Caixa e equivalentes de caixa' em bancos e instituições Financeiras de primeira linha, e por isso, considera que têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

REC Log 2 S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2021*

	Controladora		Consolidado	
	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano	Menos de 1 ano	Mais de 1 ano
Em 31 de dezembro de 2021				
Caixa e equivalentes de caixa	646		650	
Fornecedores	8		43	

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(iv) Risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

	2021	2020
Ativos e passivos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	650	9
Cessão de créditos imobiliários	-	173.840
	650	173.849
Passivos financeiros, líquidos		

(v) Risco Operacional

Entendido como relacionado à possibilidade de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações e na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou das outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses efeitos, a companhia estabeleceu rotinas de verificação, realizada por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou.

20 Partes Relacionadas

A Companhia não efetuou transações com partes relacionadas.
Não houve remuneração aos diretores da Companhia no exercício de 2021.

Jorge Carlos Nuñez
Diretor

Irko Organização Contábil LTDA.
CNPJ 60.662.996/0001-22
Pier Paolo Atti
Contador CRC SP-154001/O-0

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 481F48A9890148F19A836B0000829556

Status: Concluído

Assunto: Please DocuSign: RECLOG2SA21(A).DEZ (1).pdf

Envelope fonte:

Documentar páginas: 28

Assinaturas: 1

Certificar páginas: 2

Rubrica: 0

Assinatura guiada: Ativado

Remetente do envelope:

Giselle Lorenzetti

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Branca

São Paulo, SP 05001-100

giselle.lorenzetti@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.64

Rastreamento de registros

Status: Original

24 de maio de 2022 | 15:20

Portador: Giselle Lorenzetti

giselle.lorenzetti@pwc.com

Local: DocuSign

Status: Original

25 de maio de 2022 | 07:36

Portador: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

Local: DocuSign

@pwc.com

Eventos do signatário

Jefferson Alves

jefferson.alves@pwc.com

Sócio

PwC BR

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Cargo do Signatário: Sócio

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Assinatura

DocuSigned by:

Jefferson Alves

C80920E667E44DC...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Assinado pelo link enviado para

jefferson.alves@pwc.com

Usando endereço IP: 179.111.192.80

Registro de hora e data

Enviado: 24 de maio de 2022 | 15:21

Reenviado: 24 de maio de 2022 | 20:46

Visualizado: 24 de maio de 2022 | 21:09

Assinado: 25 de maio de 2022 | 07:36

Eventos do signatário presencial**Assinatura****Registro de hora e data****Eventos de entrega do editor****Status****Registro de hora e data****Evento de entrega do agente****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega intermediários****Status****Registro de hora e data****Eventos de entrega certificados****Status****Registro de hora e data****Eventos de cópia****Status****Registro de hora e data**

Giselle Lorenzetti

giselle.lorenzetti@pwc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 25 de maio de 2022 | 07:36

Visualizado: 25 de maio de 2022 | 07:36

Assinado: 25 de maio de 2022 | 07:36

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Thaina Santos

thaina.santos@pwc.com

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Copiado

Enviado: 24 de maio de 2022 | 15:21

Visualizado: 25 de maio de 2022 | 13:56

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não disponível através da DocuSign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
--------------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	24 de maio de 2022 15:21
------------------	------------------------	----------------------------

Entrega certificada	Segurança verificada	24 de maio de 2022 21:09
---------------------	----------------------	----------------------------

Assinatura concluída	Segurança verificada	25 de maio de 2022 07:36
----------------------	----------------------	----------------------------

Concluído	Segurança verificada	25 de maio de 2022 07:36
-----------	----------------------	----------------------------

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------